

Brasil, 07 de outubro de 2025.

Excelentíssimos Senhores Ministros do Superior Tribunal de Justiça

A União Brasileira da Advocacia Ambiental (UBAA), associação civil formada por aproximadamente 500 (quinhentos) advogados públicos e privados¹ atuantes do Direito Ambiental, em defesa das prerrogativas da advocacia ambiental e dos princípios basilares do Direito, vem, respeitosamente, manifestar-se sobre o julgamento do Tema 1.329², que trata da obrigatoriedade (ou não) da intimação pessoal para a apresentação de alegações finais em processos administrativos, com sessão aprazada para dia 8/10/2025, na 1ª Seção deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

A intimação por edital em processos administrativos sancionadores ambientais, especialmente quando o endereço do autuado é conhecido, configura uma grave violação dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, inciso LV, garante expressamente que *"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes"*. A intimação pessoal é a regra e o edital deve ser a exceção, utilizada somente quando se esgotarem todos os meios para localizar o interessado.

A violação desses princípios desrespeita a equidade de forças e a justiça do processo administrativo ambiental. A falta de comunicação adequada impede que o autuado exerça plenamente o seu direito de defesa, pois a fase de apresentação das alegações finais é um dos momentos mais relevantes do processo. A notificação por edital compromete a integridade do processo e contraria a finalidade de um sistema jurídico que deve promover a verdade real no caso concreto.

¹ <https://ubaa.org.br/nossosassociados/>

² Tema 1.329: *"Definir se, no processo administrativo para imposição de sanções por infração ao meio ambiente, regulado pelo Decreto 6.514/2008, é válida a intimação por edital para a apresentação de alegações finais, mesmo nos casos em que o autuado possua endereço certo e conhecido pela Administração."*

A Defesa do Devido Processo Legal e da Legalidade

A conduta de recorrer à intimação por edital, ignorando um endereço já conhecido ou de fácil obtenção, não encontra amparo na legislação. A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece a necessidade de intimação do interessado para "ciência de decisão ou a efetivação de diligência", conforme redação do seu artigo 26. As normas processuais exigem que a intimação seja feita de forma a garantir que a pessoa física e/ou jurídica seja efetivamente notificada. O edital, nesse contexto, representa uma formalidade que não assegura o conhecimento do ato. Se a parte tiver advogado constituído nos autos, a notificação deverá ser feita a ele.

A UBAA defende que a intimação por edital, quando o endereço do autuado é conhecido, é ilegal e inconstitucional. Espera-se que o STJ, ao julgar o Tema 1.329, reforce a importância do devido processo legal e garanta que o cidadão, ao ser submetido ao processo administrativo ambiental, tenha seu direito ao contraditório e à ampla defesa plenamente assegurados.

Nossa associação, com sua missão institucional de *“fortalecer e representar a advocacia ambiental, contribuindo para a promoção da sustentabilidade e da justiça ambiental”*, vem, perante Vossas Excelências, expressar a preocupação de seus associados com toda e qualquer decisão que coloque em risco as garantias conquistadas pela sociedade em afronta à legalidade e aos princípios norteadores do Direito.

Com os votos de estima e consideração,

Presidente
ALEXANDRE BURMANN

Diretora Financeira
LUCIANA GIL

Diretora de Ensino
FERNANDA MEDEIROS

Diretora de Relações Internacionais
FLÁVIA TEIXEIRA

Diretor Região Centro-Oeste
MÁRCIO MAZZARO

Vice-presidente
TALDEN FARIAS

Diretora de Acomp. Legislativo
LUCIANA VIANNA PEREIRA

Diretora de Comunicações
ADÉLIA ALVES ROCHA

Diretora Região Sul
FABIANA FIGUEIRÓ

Diretor Região Nordeste
TIAGO ANDRADE LIMA

Secretária-geral
CRISTIANE JACCOUD

Diretora de Relações Institucionais
JÚLIA RABINOVICI

Diretor de Publicações
BRUNO CAMPOS SILVA

Diretora Região Sudeste
ROBERTA JARDIM DE MORAIS

Diretor Região Norte
LUIS ANTONIO MONTEIRO DE BRITO